

**ARTICULAÇÕES DAS ESCALAS GLOBAL E LOCAL NA CONFORMAÇÃO  
ESPACIAL URBANA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI**

**ARTICULATIONS OF THE SCALES IN THE GLOBAL AND LOCAL  
CONFORMATION OF THE URBAN SPACE: THE CASE OF THE  
METROPOLITAN REGION OF CARIRI**

Carlos Eduardo Pereira do NASCIMENTO<sup>1</sup>

Francisco do O' de LIMA JÚNIOR<sup>2</sup>

Denis Fernandes ALVES<sup>3</sup>

Willian Eufrásio Nunes PEREIRA<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é observar a inter-relação global-local na construção da rede espacial urbana, tendo como referência a Região Metropolitana do Cariri *vis a vis* a reestruturação produtiva. Para tanto, utiliza-se uma metodologia pautada nos métodos exploratório e explicativo. O procedimento realizar-se-á através de pesquisa bibliográfica de diversos autores investigando temas que englobam os estudos do localismo, da metropolização dialogando entre estes temas, com análise qualitativa. Constatou-se que o *status* metropolitano clássico sob a ótica dos fenômenos comuns a este conceito, conferido à RM Cariri, inexistente *ipssis litteris*, pois a mesma emerge diante de circunstâncias que a conferiram destaque na região na qual está localizada, mas que não reproduzem os signos de metrópole de fato, sendo passiva aos efeitos da metropolização.

**Palavras-chave:** Metropolização. Rede Urbana. Reestruturação produtiva. Desenvolvimento local. RM Cariri.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to know the global-local interrelationship in the construction of the urban space network, with reference to the Metropolitan Region of Cariri in face productive restructuring. For this, it is used a methodology based on exploratory and explanatory methods. The procedure will be carried out through bibliographical research of several authors addressing topics that encompass the studies of localism, of the metropolization dialoguing between these themes, with qualitative analysis. It was found that the classic metropolitan status under the viewpoint of the phenomena common to this concept, conferred to the Cariri MR, does not exist *ipssis litteris*, because it emerges in the face of circumstances that conferred it prominence in the region in which it is located, but that do not actually reproduce the signs of metropolis, being passive to the effects of metropolization.

**Keywords:** Metropolization. Urban network. Production restructuring. Local development. MR Cariri.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (E-UNICAMP); E-mail: [eduardocarlos2807@gmail.com](mailto:eduardocarlos2807@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Economia/Universidade Regional do Cariri; Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU-URCA); Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Seminário (PLANDITES-UERN); E-mail: [lima.junior@urca.br](mailto:lima.junior@urca.br)

<sup>3</sup> Doutorando em Economia, Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PIMES-UFPE); E-mail: [denis\\_fernandes@outlook.com](mailto:denis_fernandes@outlook.com)

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Programa de Pós-graduação em Economia (PPGECO-UFRN); E-mail: [wepereira2014@gmail.com](mailto:wepereira2014@gmail.com)

A reestruturação produtiva marca o apogeu do capital financeiro, da flexibilidade das políticas públicas e do trabalho, do processo de metropolização e da descaracterização territorial dos locais pelo fenômeno da globalização. Já presente nos espaços desenvolvidos, o global passa a se inserir nos espaços periféricos e em desenvolvimento, a fim de expandir o processo de circulação e reprodução do capital.

Assim sendo, algumas cidades consideradas como médias – até mesmo as pequenas – ganham destaque significativo na integração de seus territórios de atuação com o espaço global. A adaptação das cidades ao desenvolvimento global torna-se um caminho a ser alcançado mediante especificidades locais, caminhando à unicidade/universalidade dos espaços. Elas se integram ao global através da imbricação das escalas, tendo como um de seus desdobramentos a configuração do espaço urbano, e a metropolização nasce como uma extensão do capital, uma expressão fenomênica máxima da globalização. No caso brasileiro, a modificação na estrutura urbana avança em 1973, com as primeiras institucionalizações metropolitanas. A partir de 1988, houve a descentralização de poderes a estados e municípios sendo um deles a prática de criar regiões metropolitanas a partir dos governos estaduais. Isso gerou um excesso de regiões metropolitanas, sendo muitas delas caracterizadas como região, mas não como metrópoles (COMPANS, 1999; VAINER, 2002; SOUZA, 2006; BRANDÃO, 2007; LIMONAD, 2011; FIRKOWSKI, 2012, 2013; PIMENTEL NETO *et al.*, 2014).

Este fato gerou diversas discussões, levando à busca de compreensão destes movimentos desde casos de aglomerações emergentes que se expandem, acompanhando o crescimento econômico de determinados espaços, até às motivações de cunho político haja vista as possibilidades que áreas metropolitanas têm de acessar mais recursos. Ademais, o neoliberalismo que emerge com mais vigor na última década do século XX, causou uma forte imobilidade da política de desenvolvimento. Em sua essência, as sanções neoliberais desencadearam profundo ataque ao estado nacional. Uma das ações está sob a égide da “teoria do poder local”, engendrando falsas ideias de desenvolvimento local, dimanadas de ações locais ou regionais (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é investigar os processos de articulações das escalas global e local e seus desdobramentos num recorte da rede urbana cearense que é caso da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri). A metodologia pauta-se em estudo bibliográfico sobre temas relacionados a metrópoles e regiões metropolitanas, Teoria do Desenvolvimento local, multiescalaridade, dentre outros, aplicado a um estudo de caso (RM

Cariri), de caráter exploratório e explicativo. A intenção ao adotar tal percurso se deu porque em primeiro momento, proporciona uma visão acerca de determinado fato e; segundo, pela preocupação em “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 28).

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho divide-se em mais três seções: a segunda, evidencia a reestruturação produtiva e o novo ordenamento territorial face ao predomínio de economia globalizada; a terceira seção trata das articulações das escalas global e local na construção do espaço urbano, pautada nas análises do fenômeno metropolitano e do desenvolvimento local articulando hierarquias distintas; e, por fim, tem-se o estudo de caso para a RM Cariri.

### **Notas sobre a reestruturação produtiva e os desdobramentos no ordenamento**

Nas últimas décadas do século XX avançou-se de forma mais intensa nos processos de fragmentação e dispersão espaciais dos processos produtivos, culminando em uma nova forma de organização da reprodução dos fatores de produção, mediante redistribuição e reestruturação desses processos. A reestruturação produtiva, expressão fenomênica da globalização, nasce à luz da derrocada do sistema de trabalho de Taylor e Ford, na transição da hegemonia da estrutura produtiva para a estrutura financeira. O advento da tecnologia e da informação, além das técnicas de organização e gerenciamento produtivo contribuiu para o reordenamento dos fluxos espaciais e setoriais do capital, do trabalho, das mercadorias e das informações. A circulação dos bens e serviços tornou-se mais célere, gerando uma compressão espaço-temporal. Mesmo existindo a distância física, o espaço parece desaparecer em relação ao tempo. Esta compressão possibilita continuidades e contiguidades espaciais e temporais (SANTOS, 1994; LIMONAD, 2011; PIMENTEL NETO *et al.*, 2014).

Iniciado na década de 1970, o movimento mais forte de reestruturação produtiva marca o momento de transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro. Ademais, tem-se a ascensão das políticas neoliberais, desregulamentando os mercados e integrando-os internacionalmente, incluindo os países periféricos.

O processo de globalização encontra no fenômeno urbano-metropolitano as bases para sua acumulação e reprodução flexíveis. A competitividade deixa de ‘pertencer’ as empresas e passa a ter forte participação dos lugares e assim tem-se a configuração do novo papel destes na economia mundial. Todavia, cabe frisar que tal mudança de papéis está ligada à acumulação,

isto é, entre a competitividade de cidades, territórios e regiões, buscando incentivos e benefícios, objetivando um lócus vantajoso que as garantam segurança e benefícios (SÁNCHEZ, 2001; SOUZA; CARVALHO NETO, 2009; BARBOSA, 2011).

Neste contexto, a urbe ganha ênfase em tempos de predomínio da globalização financeira promovendo como consequência também a reestruturação urbana, nos moldes do capital, adequando-as ao processo global e expropriando sua riqueza local por meio de fluxos de drenagem de recursos. Os processos mais importantes responsáveis pela origem e pela forma da reestruturação urbana podem ser resumidos em:

(a) a suburbanização e o surgimento de um diferencial de renda (*rent gap*); (b) a desindustrialização das economias capitalistas avançadas e o crescimento do emprego no setor de serviços; (c) a centralização espacial e simultânea descentralização do capital; (d) a queda na taxa de lucro e os movimentos cíclicos do capital; (e) as mudanças demográficas e nos padrões de consumo (SMITH, 2007, p. 20).

Assim, a reestruturação produtiva além de reconfigurar as relações mercantis, sociais, políticas, culminando em flexibilização e desregulamentação, trouxe significativas alterações na questão urbana destes processos. A transição de um esquema produtivo intensivo em fator trabalho, para outro com maior carga de trabalho mobilizado pelas inovações tecnológicas amplia a reprodução capitalista em suas articulações transescalares. O reordenamento urbano-espacial está implícito e é intrínseco à ação do capitalismo através do instrumento da globalização, fomentando espaços que promovem a reprodução e circulação do capital no mundo.

O ordenamento territorial se dá sob a égide da reestruturação produtiva, que modifica as bases espaciais e urbanas, lançando premissas para o novo modelo tumultuado e difuso de cidade reproduzindo intensamente os fluxos. Qualquer tipo de fluxo pressupõe existência de redes, adjetivada pela capacidade de conexão. Ele gera fluxos contínuos, isto é, gera redes ligadas através das necessidades do capital (LENCIONI, 2006; MOURA; WERNECK, 2011).

Ligada a esse processo, a divisão internacional do trabalho atribui a alguns setores e lugares função privilegiada na organização espacial, seja funcional ou territorial, dotando-os de maiores condições a especializações, visando a maior concentração de capital, possibilitando novas divisões do trabalho. Destarte, o corolário é uma assimetria nas relações, com aceleração do processo de alienação dos espaços e dos homens, do qual um componente é a mobilidade das pessoas (SANTOS, 2006).

Este contexto traduz a nova perspectiva que a cidade transmite ao mercado no contexto mundial: o papel de empresa corporativa, não “mais lugares para se habitar, mas para exibir,

[...] como se fossem imensos videoclipes publicitários” (BARBOSA, 2011, p. 127). As aglomerações urbanas, através das táticas e estratégias difundidas pelo capital tendem a extravasar os limites da aglomeração física e da concentração econômico-espacial. Nesse contexto, o local delineado por estas mudanças assume papéis mais complexos envolvendo a escala global, ou seja, favorece “uma crescente desaglutinação espacial de atividades e permitem uma separação de locais de trabalho, residência e consumo em uma escala mais ampla do que a cidade propriamente dita” (LIMONAD, 2011, p. 160). Destarte, ocorre uma especialização/separação de lugares na escala do território. A urbanização deixa de estar relacionada apenas à urbe, ao urbano, à cidade, à aglomeração de pessoas, equipamentos e infraestruturas.

Outra questão atinente ao ordenamento territorial é a configuração do mercado de trabalho. Munido pelas políticas neoliberais, modificou o padrão-trabalhador, de inerte para proativo, da monovalência à polivalência, de desqualificado para técnico e mais escolarizado. Estas são as novas premissas seguidas pelo mercado, que são alicerces da base motora capitalista de produção (BARBOSA, 2011).

### **A articulação multiescalar nos processos urbanos**

Conforme já apontado, nos anos 1970 surge um movimento de transição do capital que modifica as bases da acumulação capitalista através do processo de globalização. Datado nos anos 1980/90, este movimento global é apresentado como o grande responsável pelos nexos da nova construção espacial e “proporcionadora de oportunidades às escalas mundial, regional e local” (LOURENÇO, 2014, p. 18). Aliado a isso, o processo de reestruturação econômica no contexto das transformações na economia global, no final do século XX, início do século XXI, configurou formas diferenciadas de inserção dos diversos espaços do mundo, a mercê de determinadas funcionalidades nos moldes do capitalismo contemporâneo defronte às características de seus respectivos estágios de desenvolvimento, oriundas de suas estruturas econômicas e de seus mecanismos de formação (LIMA JÚNIOR *et al.*, 2016).

Com a reestruturação produtiva, a acumulação se intensificou aumentando seu nível de alcance, tratando de se inserir nos espaços periféricos (SANTOS; MOREIRA, 2006). No Brasil, a evolução tomou corpo com os episódios da busca pela estabilidade da moeda como forma de combate à hiperinflação, seguida de intensas e sequenciais medidas de desregulamentação e abertura econômica, o que implicou na passividade quanto à definição de políticas de

desenvolvimento. Os fenômenos regionais e urbanos seguiram no bojo deste contexto denominado de “macro conjunturalismo” (LIMA JÚNIOR, 2014; BRANDÃO, 2007), imprimindo em forças alternadas processos como a metropolização, o crescimento das cidades intermediárias e a ressignificação dos pequenos centros, como será explorado a seguir.

### O processo metropolitano no Brasil

As metrópoles não são fenômenos recentes na história urbana. Possuem um conceito bastante polissêmico, ligado etimologicamente à Grécia Antiga, que se refere a uma cidade mãe de outras ou cidade útero. Tal significado expressa a dependência das demais cidades a ela. Destarte, seu conceito incipiente estava assim, ligado ao domínio de um território, a diversificada oferta de bens e serviços para uma região (LENCIONI, 2006; FIRKOWSKI, 2012).

O fenômeno metropolitano conecta-se aos processos de industrialização e urbanização e “em maior ou menor grau, suas características básicas são a grande concentração populacional, a multifuncionalidade e a presença de relações econômicas diferenciadas nos âmbitos nacional e internacional” (DAVANZO *et al.*, 2011, p. 97). Ele implica em um ambiente no qual os fluxos de pessoas, mercadorias ou informações são múltiplos, intensos e permanentes. Tem levado ao adensamento de diversas áreas, a irradiação da metrópole e inúmeras operações de revitalização com fortes traços de gentrificação ou despossessão decorrente do uso intenso do solo urbano, evoluções estas que conformam espoliação espacial (HARVEY, 2012).

Ademais, tem-se o advento de outros processos urbanos, tais como a favelização, a precarização do trabalho, especulação imobiliária, dentre outros, que se imbricam e se manifestam também decorrente da concentração e intensificação dos espaços metropolitanos. No bojo de seus desdobramentos econômicos, sociais e territoriais, tal quadro imprime peculiaridades metropolitanas ao espaço mais amplo, isto é, pautam-se em uma desterritorialização espacial, alterando as estruturas locais preexistentes, sejam esses espaços metropolitanos ou não. É a transcendência dos movimentos metropolitanos inseridos nos diversos espaços, um processo hegemônico, que subordina a urbanização (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013; LENCIONI, 2006; LENCIONI, 2015a; OLIVEIRA, 2006).

Diante de um célere processo de industrialização, os avanços urbanos e suas concentrações mais densas foram intensificados, bem como o êxodo rural, a ampliação dos mercados nacionais, a integração dos transportes e o avanço nas telecomunicações. Logo, o

processo de metropolização chegou ao espaço periférico buscando maior reprodução e circulação, subordinando seus fatores de produção à lógicas mais amplas. Criava-se, então, uma estruturação de rede de cidades devido aos sistemas de transporte, associando a economia ao urbano (SOUZA, 2006).

O fenômeno metropolitano adquire maior nitidez no Brasil a partir de 1973, através da primeira política urbana do país – especificamente a Lei Complementar nº 14, que marcou a criação das primeiras nove regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro, sendo a última criada só em 1974, através da Lei Complementar nº 20 (BRASIL, 1988; CASTRO, 2006). Essa lei teve dois fatos marcantes: primeiro, o longo período para sua edição, mostrando que além de não ser prioridade, o quanto complicado era até chegar à sua definição legal e a demora na edição dos decretos que ajudariam na criação de dispositivos para tratar das regiões metropolitanas. Segundo, a ideia de uma lei imposta de cima para baixo, pois seu estatuto originou-se nos órgãos federais, retirando a possibilidade de participação dos estados e municípios na sua formulação, ficando submetidos compulsoriamente a aceitar a condição metropolitana imposta por um planejamento centralizado. Tal discricionariedade acabava não sendo extemporânea em se tratando do período histórico vigente, o Regime Militar<sup>5</sup> (CASTRO, 2006).

Como referência crítica a essa ação do Governo e pontuando preocupações subsequentes, Souza (2006) afirma que fazer política urbana é fazer resistência, é lutar com o intuito de avançar na formação de novos conceitos em relação àqueles que foram ignorados pelo sistema. O desenvolvimento e a institucionalização das regiões metropolitanas no Brasil sempre seguiram à margem de todas as reflexões sobre a política urbana brasileira, e até hoje não ocupam tanto destaque na centralidade das discussões sobre as políticas territoriais (SOUZA, 2006).

Na sequência dos movimentos da evolução e estruturação urbana mundial e brasileira em particular, após o movimento de transição da urbanização da década de 1960 para a pós-urbanização (metropolização) nas décadas 1970/80, engendrou-se e ganhou corpo um fenômeno chamado de desmetropolização. A metrópole é onipresente e, destarte, assume diversos espaços nas diversas escalas. A desmetropolização é a tendência de um duplo movimento, no qual os fluxos do capital se inserem nas grandes cidades, disseminando a metropolização e transferindo-a para as cidades médias (SOUZA, 2006).

---

<sup>5</sup> Decretos nº 74.156/1974 (criava a Comissão Nacional das Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU) e Decreto nº 85.916/1981 (regulamentava a administração pública federal nas regiões metropolitanas), ambos revogados a partir da carta magna de 1988, determinando um novo marco institucional para a questão.

Em 2015, foi criado o Estatuto da Metrópole, que através do Inciso VII, Art. 2º, define a metrópole como unidade regional instituída pelos entes federados mediante lei complementar, constituída pela aglutinação de municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (ESTATUTO DA METRÓPOLE, 2015). Um espaço com uma cidade central transpõe uma região satélite, em que esta cidade “[...] assume o papel metropolizador das cidades limítrofes, como resultado de sua dinâmica ampliada e diferenciada” (FIRKOWSKI, 2012, p. 22).

Aliado a esse contexto, à luz do processo de metropolização, há uma apropriação exacerbada da expressão metropolitana, caracterizando qualquer aglomerado urbano ou mesmo um conjunto não aglomerado como tal, desvirtuando, portanto, o conteúdo conceitual. As indagações acerca do que é metrópole, o que é uma região metropolitana e em que ela se diferencia de uma aglomeração urbana são sempre frequentes nos debates marginais/acompanhados por alguns gestores (MOURA; LIBARDI; BARION, 2006, p. 132). A difusão conceitual e prática desdobram-se em diversos contextos, fazendo emergir reflexões mediadas também em esferas hierárquicas distintas como é o caso das ‘metrópoles regionalizadas’ e se, de fato, são aglomerações urbanas (difusas ou não) ou regiões metropolitanas. Davidovich e Lima (1975, p. 51) ratificam que as aglomerações urbanas são:

a) resultantes da expansão de uma cidade central; b) resultantes da expansão simultânea de duas ou mais cidades de porte aproximadamente equivalente que tendem a aglutinar-se (processo de conurbação) – as aglomerações deste tipo têm sua origem basicamente ligada à industrialização; e c) resultantes de uma integração decorrente do próprio sítio geográfico (cidades geminadas).

A metrópole, conforme explana Firkowski (2013), é um fenômeno urbano da globalização que apresenta diversos conceitos, mas que ganha novos significados no contexto atual. “Difícil, porém, é sua transposição para um conceito que expresse aquilo que se quer qualificar, [...] que guarda uma grande complexidade em seu interior e ao qual novos sentidos vêm sendo incorporados” (FIRKOWSKI, 2013, p. 23).

Através da medida política de descentralização instaurada pela Constituição Federal de 1988, atribuiu-se às unidades federativas a incumbência de, “mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988). Assim, exime-se a União de responsabilidades quanto à criação de regiões metropolitanas, além das críticas concernentes



ao “centralismo e permite maior flexibilidade na concepção das unidades” (MOURA *et al.*, 2003, p. 52).

Ocorre, à luz deste novo processo de metropolização mais institucionalizado do que o fenômeno concreto em si, uma atribuição generalizada do metropolitano, dando *status* a aglomerações urbanas sem critérios. Institucionalizar-se-iam regiões metropolitanas sem finalidade predefinida, sem razões para o recorte institucional, “criando uma embalagem sem conteúdo” (MOURA; LIBARDI; BARION, 2006, p. 134). A simples instituição de unidades regionais nem reflete de fato em uma configuração espacial, pois cria somente um recorte espacial, nem induz a um efetivo poder regional (MOURA *et al.*, 2003). O esvaziamento advindo bem como o aprofundamento da crise de gestão e governança metropolitana foram intensificados a partir de então tornando-os reféns de outras discussões como as medidas de políticas regionais dentro das unidades federativas, bem como da promoção de estratégias localistas de desenvolvimento.

#### Teoria do desenvolvimento local: a promoção da escala local frente à global

Já foi apontado que a crise do sistema capitalista e principalmente do capital industrial desencadeou a revisão dos processos produtivos e da organização das empresas, com fins de expandir a rentabilidade. Tal revisão é feita com a dominância de um novo paradigma tecnológico e com a introdução da automação microeletrônica. Assim, o desenvolvimento capitalista abre um maior leque de possibilidades quanto à sua reprodução, aumentando o ambiente no qual circulará através de sua célere inserção nos locais a partir da relação espaço-tempo. Isso significa que esta ‘abstração do mercado’ se integra aos espaços locais com maior velocidade devido à sua internacionalização (BRANDÃO, 2007; PIMENTEL NETO *et al.*, 2014).

Para Brandão (2007, p. 30), o sistema capitalista que se reificou de forma intensa nos moldes da globalização financeira, “recorrentemente aprofunda e complexifica a divisão social do trabalho, em todas as suas dimensões, inclusive espacial”. Aperfeiçoa os mecanismos para manejar as escalas espaciais em seu benefício e assim, nenhuma escala pode ser considerada melhor ou pior. Ganharão novo significado em cada momento histórico particular (NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Um dos aspectos mais salientes da globalização como fenômeno econômico, social e cultural é o da fragmentação dos espaços, diferenciando cada vez mais territorialidades dentro de outras territorialidades, produzindo, como resultado, a diferenciação dos lugares, ou seja,

muitas interferências nascem e são regidas por ele. O lugar que nasce a partir dele, o lugar-global, é um espaço fragmentado, diferenciado e apropriado à produção multipolarizada e em rede. Tal ambiente expande a rede de fluxos e influências de poder que refletem diretamente na configuração das cidades (VIEIRA; VIEIRA, 2003).

O advento das políticas neoliberais culminou em uma forte imobilidade das políticas de desenvolvimento. Fora desencadeado um profundo ataque ao Estado. Uma das manifestações se deu na emergência da Teoria do Poder Local, gerando ideias de desenvolvimento local, dimanadas de ações locais ou regionais. Este contexto configura a urbe como competitiva, uma cidade-mercado ou mercadoria. O localismo ganha corpo, ou seja, teria a capacidade de cumprir as incumbências que sempre foram dos estados nacionais, “seja a função de acumulação e a função de legitimação” (VAINER, 2002, p. 17). O localismo (competitivo) realiza o projeto do global, onde cada espaço entra em conflito com outros espaços com o intento de se inserir no mercado político e econômico das hierarquias diversas. Dessa forma, o local tem a capacidade, por si só, de se integrar e produzir o capital em seu espaço, sem necessitar do auxílio das demais escalas urbanas (regional e nacional) (VAINER, 2002; BRANDÃO, 2007). Em oposição a este conjunto de proposições, o espaço e, principalmente o espaço urbano é visto por Vainer (2002) dentro da totalidade do modo de produção vigente, ou seja,

A cidade não é apenas o reflexo da sociedade; a cidade é ela mesma, um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais etc. A cidade não é apenas uma reprodução, localizada e reduzida, da estrutura social; ela é, também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também relações de poder (VAINER, 2002, p. 26).

Todavia, a presença do Estado é imprescindível na formulação de políticas e desenvolvimento que transcendam ao local (BRANDÃO, 2007). Existem aqueles que acreditam que a globalização é um processo ‘criado’ pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados. No bojo deste processo mais amplo, “a desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais [...] resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe a favor dos proprietários do capital” (BOURDIEU; WANCQUANT, 2001, p. 3).

Imersas na era da informação, do conhecimento e dos fluxos globais, as cidades adquirem novas personalidades, novas formas de poder e novas estratégias de gestão. Mesmo as cidades de médio porte – cidades médias, e muitas de pequeno porte, por algum item de suas funcionalidades, por alguma especificidade local – passam a integrar redes internacionais de circulação de produtos, cultura e turismo, culminando em uma endogenia exagerada,

caracterizando o local com poder ilimitado. Cada qual tem um poder e uma importância na rede (BRANDÃO, 2007; KRONEMBERGER, 2014).

O paradigma tecnológico induz a uma crescente concentração de processos de geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, consideradas as únicas indispensáveis, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação. Destarte, as cidades têm como objetivo a emergência de um novo modelo de organização urbano e técnico com o uso de tecnologias da informação que conforma um espaço de fluxos e de redes interconectadas, não mais um espaço dos lugares (COMPANS, 1999). Esse sistema manifesta:

[...] uma rede de nós urbanos de distinto nível e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E a relação mutante concernente a esta rede determina, em boa medida, a sorte de cidades e cidadãos (BORJA; CASTELLS, 1998, p. 43).

Assim, as cidades configuram-se como empresas, incorporando processos de diversificações e especializações, ou seja, cada cidade apresenta seu próprio ritmo de relação com outros locais e também com o mundo. O governo cria laços com as empresas, traçando uma governança corporativa, fomentando uma nova forma de gestão voltada ao empreendedorismo urbano, tendo um pacto consensual entre os atores sociais promovendo planos estratégicos de grande efeito físico-territorial e político no espaço urbano – a exemplo o processo de metropolização (HARVEY, 2004; LEAL, 2012). O local, em certas ocasiões, ganha força e sobrepuja os mecanismos globais conforme aponta Sassen (2005, p. 38) que as cidades são “um local estratégico não apenas para o capital global, mas também para a transnacionalização do trabalho e a formação de comunidades e identidades translocais”<sup>6</sup>.

Neste cenário, a reestruturação produtiva do capital modifica as relações espaciais através das relações entre o local e o global, engendrando novas bases para os aglomerados urbanos. O urbano é “a manifestação material e socioespacial da sociedade [...] contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social” (MONTE-MÓR, 2006, p. 14). À medida que o tecido urbano se expande para outros territórios, dissemina práticas e ações político-urbanas, sobre as novas incorporações. Também denominado de espaço urbano-industrial, metáfora para expressar o espaço social configurado pela urbanização, o tecido urbano prolifera, estende-se,

---

<sup>6</sup> Traduzido do original: “*a strategic site not only for global capital, but also for the transnationalization of labor and the formation of translocal communities and identities*” (SASSEN, 2005, p. 38).

corrói os resíduos de vidas antes não urbanas. Tomam o campo, principalmente em áreas lindeiras, como um local que apresenta as manifestações da cidade. Isso, de fato, ocorre não como um domínio da cidade sobre o campo, mas como uma apropriação do seu espaço para reprodução do tecido urbano. Assim, o local é criado a partir de fragmentações com funcionalidades econômicas, sendo estas engendradas pela globalização (LEFEBVRE, 2008; NASCIMENTO; LIMA JÚNIOR; ALVES, 2018).

Nesse sentido, a fragmentação, conforme Haesbaert (2013), apresenta duas faces, a inclusiva e integradora e a excludente e desintegradora. A primeira versão traz os mecanismos que interessam à expansão da globalização e suas bases (flexibilização do processo produtivo, terceirização, trabalho temporário, contratos precários etc.). Esta situação integra grande parte da população, porém em situação precária e com baixos salários. Sua segunda versão traz mais duas versões, ligadas à globalização e a resistente a ela. A primeira refere-se a um movimento excludente, desintegrador, que leva ao etnocídio, desemprego estrutural, desculturação ao passo que a segunda agrupa aqueles que resistem à globalização, com uma visão conservadora (movimentos fundamentalistas) e progressista (movimentos sociais).

Nesse contexto, o exercito industrial de reserva parece estar se transformando numa massa permanente de precarizados, cuja situação traduz-se em um enfraquecimento do próprio movimento trabalhista, com os trabalhadores não mais lutando por mudanças nas condições de trabalho, mas somente a reivindicação em simplesmente entrar no mercado, como se “a exploração capitalista fosse uma espécie de benefício a ser concedido” (HAESBAERT, 2013, p. 45).

Toda essa abordagem permite compreender o que se denomina intuitivamente de uma “guerra” entre os locais. Criou-se um paradigma no contexto internacional em seguir padrões que foram eficientes em outros espaços. Este modelo instiga as localidades que almejam inserir-se nos fluxos econômicos globais e sua propagação desse paradigma incita a competição interurbana através dos lugares “vencedores” e daqueles “não vencedores”. Esta conformação pauta-se na evolução tecnológica, à luz da crescente concentração da geração de conhecimento e tomada de decisões em organizações de alto nível, concomitantemente à precarização das relações salariais do trabalho de execução de tarefas, dispersão espacial, subcontratação ou automação (COMPANS, 1999; VIEIRA; VIEIRA, 2003).

A nova configuração das cidades pressupõe um novo status para o local, através da descentralização política que tornou independente as ações das cidades na perspectiva política. Suas funcionalidades passaram por grandes transformações nas últimas décadas e até cidades com funções específicas transitaram de funções pontualizadas para funções globalizadas e

informatizadas do processo de produção, circulação e de agenciamento financeiro. Ademais, o espaço organizacional das cidades, a cidade-zona, apresenta particularidades que conflitam conceitos.

### O espaço transformado a partir das determinações multiescalares

No contexto apresentado até aqui, engendrou-se um grande debate sobre a imbricação de dois movimentos espaciais: metropolização como instrumento da globalização e o localismo como resposta a estes mesmos processos globais<sup>7</sup>. Este é ainda pautado por alguns nos elementos que caracterizam a denominação de capital social, pelo sentimento de pertencimento da população ao ambiente que habita, sob o conceito com base na topofilia<sup>8</sup> ou aquilo que se configura como fenômeno do capital, como a pós-urbanização (LENCIONI, 2006).

A dicotomia local-metrópole adquiriu espaço nos estudos urbanos e regionais já que essa inter-relação engendrou uma configuração do processo produtivo influenciando a estrutura das cidades, transformando-as em empresas corporativas que atuam incessantemente em concorrência com as demais para inserir-se no sistema integrado do mundo. Em tal ambiente, o debate acerca da inter-relação global e local surge e conforma novos conceitos de metrópole e o papel das cidades para o estudo regional e urbano. Autores como Lencioni (2006, 2015a, 2015b) nos estudos metropolitanos e Pimentel Neto *et al.* (2014) enriquecem as bases do local (cidade) e do global (metropolização).

É na articulação entre o local e o global que se encontra, em última instância, a fonte dos novos processos de transformação urbana, e, portanto, os pontos de incidência de políticas urbanas, locais e globais, capazes de inverter o processo de deterioração da qualidade de vida nas cidades. Não há como fugir à interação e à articulação das funções mais específicas com as novas em processo de crescimento.

Mesmo naquelas cidades onde estão bem identificados os lugares caracterizados seja como locais, sejam como globais, não há como fugir à interação e à articulação das funções mais específicas com os seus reordenamentos, *vis à vis* os movimentos de crescimento. “Conforme a nova era (econômica) se desenvolve, aumenta a importância da flexibilidade, como um mecanismo básico de gestão, e das economias de aglomeração, como uma força locacional preeminente” (BORJA; CASTELLS, 2000 *apud* VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 134).

---

<sup>7</sup> Contudo, a metropolização não é necessariamente sinônimo do global.

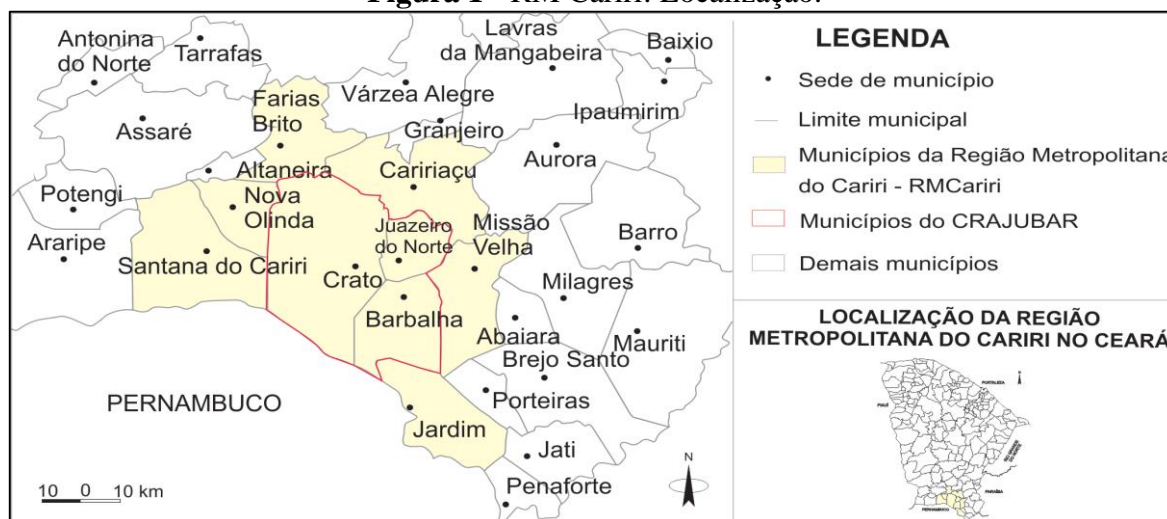
<sup>8</sup> Elo afetivo entre a pessoa e o lugar, ou seja, trabalha as questões de pertencimento e de identidade cultural de um determinado espaço (TUAN, 1983).

Vivenciando um mundo interconectado, o que se observa na maioria dos casos e em particular na análise aqui empreendida, são as dificuldades na definição de local, comumente pensado como um dado adquirido/construído de modo histórico, e do global, contínuo, recorrentemente apresentado como “um processo homogeneizador que implacavelmente asfixia a natureza singular e individual do local são consequências expectáveis da globalização” (LOURENÇO, 2014, p. 26-27). É o que será observado na seção seguinte, com as articulações na RM Cariri.

### As articulações das escalas global e local expressos no caso da região metropolitana do Cariri (RM Cariri)

A Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) foi institucionalizada em 2009, através da Lei Complementar nº 78 e está localizada no extremo sul do estado do Ceará, na Mesorregião Sul do Ceará, Microrregião do Cariri, conforme apresentado na Figura 1. É formada pelos municípios de Barbalha, Caririaguçu, Crato, Farias Brito, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, que compõem espaço geográfico atípico em relação às características do Semiárido nordestino conhecido por diferenciações naturais, inclusive com melhor presença de recursos hídricos.

**Figura 1 - RM Cariri: Localização.**



Fonte: Queiroz (2014).

Sua criação “adviria de processos diversos, que se podem atribuir ao comportamento das diversas escalas” (LIMA JÚNIOR, 2013, p. 4), entre elas, as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, o crescimento das cidades médias no Brasil materializado nas

idades que compõem o triângulo CRAJUBAR (destacadas na Figura 1) e sua forte influência em seu entorno regional, além da modernização política e econômica utilizada pelas sucessivas gestões governamentais do Ceará. Surge como desiderato a busca por redução das desigualdades no território cearense, com forte concentração econômica na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), através de políticas de atração de investimentos industriais e o fomento interiorização do crescimento econômico (CORDEIRO, 2015).

A RM Cariri possui uma diversificada dinâmica econômica impulsionada, sobretudo, pela conurbação formada pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, conhecido como Triângulo CRAJUBAR<sup>9</sup>. A densidade demográfica deste aglomerado e os desdobramentos econômicos decorrentes de fato foram o carro-chefe da criação da RM. A Tabela 1 apresenta a evolução populacional dos municípios da RM Cariri nos dois últimos Censos Demográficos.

**Tabela 1 - Municípios da RM Cariri: População urbana, rural e total (2000 e 2010)<sup>10</sup>.**

Município	2000					2010				
	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%	Total
Barbalha	30.669	65,21	16.362	34,79	47.031	38.022	68,73	17.301	31,27	55.323
Caririaçu	10.618	41,26	15.115	58,74	25.733	14.031	53,16	12.362	46,84	26.393
Crato	83.917	80,19	20.729	19,81	104.646	100.916	83,11	20.512	16,89	121.428
Farias Brito	8.726	42,95	11.589	57,05	20.315	8.871	46,67	10.136	53,33	19.007
Jardim	7.358	27,86	19.056	72,14	26.414	8.994	33,70	17.694	66,30	26.688
Juazeiro do Norte	202.227	95,33	9.906	4,67	212.133	240.128	96,07	9.811	3,93	249.939
Missão Velha	12.785	39,23	19.801	60,77	32.586	15.419	44,99	18.855	55,01	34.274
Nova Olinda	6.393	52,94	5.684	47,06	12.077	9.696	68,01	4.560	31,99	14.256
Santana do Cariri	8.178	48,54	8.669	51,46	16.847	8.822	50,52	8.640	49,48	17.462
<b>RM Cariri</b>	<b>370.871</b>	<b>74,50</b>	<b>126.911</b>	<b>25,50</b>	<b>497.782</b>	<b>444.899</b>	<b>78,78</b>	<b>119.871</b>	<b>21,22</b>	<b>564.770</b>
<b>Ceará</b>	<b>5.315.318</b>	<b>71,53</b>	<b>2.115.343</b>	<b>28,47</b>	<b>7.430.661</b>	<b>6.346.557</b>	<b>75,09</b>	<b>2.105.824</b>	<b>24,91</b>	<b>8.452.381</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Censos Demográficos.

Conforme se observa, sua população total é de mais de meio milhão de habitantes, crescendo sua taxa de urbanização no intervalo entre os dois censos. Cerca de 75,5% desta população vive nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (426.690 habitantes) sendo Juazeiro do Norte a mais populosa e que em tese corresponde ao clássico núcleo metropolitano desta RM. Ainda é possível verificar uma grande participação da população rural, dado o perfil dos municípios menores que a compõem.

<sup>9</sup> Sigla referente as iniciais do nome das três cidades.

<sup>10</sup> Optou-se por utilizar os Censos Demográficos ao invés de estimativa da população, embora estes dados estejam disponíveis para o ano de 2018. Esta opção metodológica se dá também pelo fato de as estimativas reproduzirem em certa escala as proporções de participação populacional do último Censo Demográfico.

O território da RM Cariri tem um perfil socioeconômico que deriva das vocações advindas de sua formação histórica, de destaque na constituição desta porção do Ceará, adicionadas às suas características físicas e naturais conforme já apontado acima. Nessas características é importante dizer que a RM está assentada na Bacia Sedimentar do Araripe, de atributos geomorfológicos diferenciados e que permitem disponibilidade hidrológica de abundância, possibilitando uma atração populacional ao longo de sua história e, conseqüentemente uma diversificação agrícola no sopé da Chapada do Araripe, onde se localiza quase todo o território metropolitano<sup>11</sup>.

A comercialização dos produtos dessa agricultura propiciou o surgimento de feiras e admitiram um processo de acumulação mercantil dando origem ao comércio que marca a região até os dias atuais. Neste contexto, o Cariri como é chamado este território, passa a ser destino de levadas populacionais de todo o Nordeste assolado pela seca, em busca de possibilidades econômicas. Tal movimento se intensifica com a emergência do fenômeno religioso em torno do personagem do Padre Cícero Romão Batista e dos milagres supostamente por ele protagonizados, ocorridos em Juazeiro do Norte, na época um distrito da cidade de Crato.

Juazeiro do Norte passa ser destino de contingentes de romeiros, o que promoveu este centro à sua emancipação política já em 1910, e a sequência de fatos que aprofundaram seu crescimento populacional e econômico. A cidade se tornou grande centro comercial, industrial e de serviços diversificados da região destacando-se dentro suas principais atividades a produção de calçados e de seus artefatos, folheados e semi-jóias, alumínio, além do rico artesanato.

A RM Cariri atrai ainda fluxos em vários segmentos do turismo para acessar não só suas atrações relacionadas ao turismo religioso, que leva até ela mais de dois milhões de romeiros anualmente, mas também as potencialidades oferecidas no turismo ecológico, científico, cultural, geoturismo, negócios, dentre outros que são promovidos em diversas ações e programas dos governos municipais e estadual, e também pelo Araripe Geopark Mundial da UNESCO<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Para maiores aprofundamentos sobre a formação e a geologia da Bacia Sedimentar do Araripe ver Assine (1992). A Chapada do Araripe, com uma média de 700 a 800 metros de altitude, possui a primeira Floresta Nacional criada no Brasil, em 02 de maio de 1946, e é marcada por bioma diversificado com registro de fauna e flora de Mata Atlântica, Cerradão e Caatinga.

<sup>12</sup> De acordo com Lima Júnior, Feitosa e Alves (2017, p. 194-195), O Araripe Geopark Mundial da UNESCO é “um padrão de constituição territorial caracterizado pela identificação particular de um inventário geológico de relevância e raro (...) Os Geoparks fazem parte da Rede Global de Geoparks (Global Geoparks Network - GGN/UNESCO) e sua chancela se dá através do selo geoparque. Em 2015 a GGN adquiriu caráter de programa especial da própria UNESCO. (...) O Geopark Araripe foi o primeiro Geopark das Américas e também do Hemisfério Sul a ter a chancela que reconhece o atendimento aos requisitos da UNESCO para ser considerado



Tais distinções deram fundamentos à criação da área metropolitana em questão, no intuito de promoção territorial e inserção na dinâmica de movimentos econômicos mais amplos. Todavia, destaca-se o aspecto político introduzido no que se refere à sua institucionalização, tendo em vista os objetivos em que foi concebida. Apesar do rico papel desempenhado no contexto urbano cearense e regiões fronteiriças, atrelado ao intenso crescimento auferido nas últimas décadas, alguns autores atestam a inexistência de uma região metropolitana de fato no Cariri. Nesse sentido, observa-se uma tendência à caracterização nos moldes da metropolização institucional (COSTA; MATTEO; BALBIM, 2010), em que se constituíram, a partir de leis complementares estaduais, regiões metropolitanas sem que correspondessem a formações de tipo metropolitano.

Feitosa *et al.* (2014) afirmam que a RM Cariri “não se caracteriza de forma definitiva pelos preceitos da metropolização que usualmente caracterizam semelhante processo” (FEITOSA *et al.*, 2014, p. 134). Morais e Macedo (2014) concluem que a referida região está distante de uma real efetivação de seu processo e gestão metropolitana, pelo fato de sua dinâmica espacial não corresponder a uma legitimação de uma política estadual de real efetivação de regiões metropolitanas. Ademais, Queiroz (2013) admite que a RM Cariri é uma metrópole que nasce em condições emergentes, pois ela se destaca no contexto particular do território que ela articula, com peculiaridades do território que ela articula e em que se diferencia do movimento metropolitano mais regular.

Entretanto, não obstante tais autores questionarem a efetividade da dinâmica metropolitana neste caso de estudo, não se pode deixar de destacar alguns elementos neste sentido apresentados pelo seu território, em especial o CRAJUBAR, no contexto em que se insere (uma região do interior do estado que dispõe de uma dinâmica em ascensão nas últimas décadas). A sua evolução, muito mais do que características de uma RM, expressam processos de articulações das escalas local e global, manifestadas numa ação que recorre ao conceito de metropolização nas conformações deste espaço urbano. O papel de suas economias face ao novo urbano, que deu às aglomerações médias um redimensionamento conforme visto até aqui, imprimiu estímulo a esta evolução.

No princípio de que o econômico reforça o contexto urbano, a Tabela 2 que apresenta os empregos formais gerados por grandes setores da economia para os municípios da RM Cariri

---

como tal. É formado por seis municípios localizados na Mesorregião Sul Cearense, no recorte espacial denominado de Região do Cariri. São eles: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri e abrangem uma área 3.441 km<sup>2</sup> compreendendo uma população de 492.390 habitantes.” (LIMA JÚNIOR; FEITOSA; ALVES; 2017, p. 194-195). Todos os municípios que compreendem o território do Araripe Geopark estão dentro da RM Cariri.

para nos anos 2010 e 2015, em que se percebe gradativamente a expansão daquelas atividades que reforçam a apropriação dos fatores de produção locais dentro da perspectiva de uso do território a partir das determinações maiores da acumulação.

**Tabela 2** – Municípios da RM Cariri: Número de empregos formais gerados por grande setor da economia para os anos 2010 e 2015.

Ano	2010					2015				
	Município	Ind.	C. Civil	Com.	Serv.	Agrop.	Ind.	C. Civil	Com.	Serv.
Barbalha	3010	100	949	3332	86	2635	157	1957	4691	240
Caririaçu	2	217	88	1632	2	33	45	143	1462	1
Crato	4713	548	3536	7563	80	4881	824	4261	8573	75
Farias Brito	61	3	67	1072	0	56	4	101	977	1
Jardim	78	5	96	1827	7	100	9	130	895	2
Juazeiro do Norte	10672	1732	10666	16428	5	10037	1915	13784	24040	36
Missão Velha	78	208	149	1318	315	156	48	248	1316	572
Nova Olinda	463	1	87	859	0	369	9	229	982	1
Santana do Cariri	72	0	49	1016	18	31	0	61	915	18
RM Cariri	19149	2814	15687	35047	513	18298	3011	20914	43851	946
Ceará	261198	75973	209548	756793	22280	260682	84265	273851	896439	27522

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/MTE.

Destacam-se principalmente o crescimento dos segmentos da Construção Civil, Comércio e Serviços reforçando a importância destas atividades urbanas, em detrimento da Agropecuária e da Indústria. Esta, embora eminentemente urbana, sofre um efeito do movimento de crise da conjuntura econômica. Através dos indicadores da Tabela 2 reforça-se ainda o peso econômico dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que apresentam as melhores performances na RM Cariri com elevada participação de Juazeiro do Norte.

As atividades da Construção Civil foram dinamizadas pelo crescimento das manchas urbanas seja pela expansão da implantação de conjuntos habitacionais populares decorrentes principalmente do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), seja pela expansão de áreas novas consideradas nobres inclusive a partir da proliferação dos condomínios fechados. Este fenômeno, embora ocorra cada vez mais com frequência em núcleos urbanos independente do seu tamanho, têm caracterizado mais as áreas metropolitanas e as cidades médias.

No âmbito do setor de Serviços, através de sua diversificação, grande parte dos seus segmentos expressa bem as diversas articulações de escalas global e local e as decorrentes apropriações espaciais, que são objeto deste trabalho. Observa-se que em todos os municípios que constituem a RM Cariri são estas atividades as mais pujantes na geração do número de empregos formais. As vocações turísticas já descritas, a modernização e sofisticação dos padrões de consumo que tomam corpo nos circuitos e corredores seguindo tendências mais globalizadas são um signo daquelas articulações que ganham força com a criação da RM.

Neste sentido, várias instalações urbanas demonstram não somente tais movimentos, mas avançam numa verdadeira apropriação seletiva espacial comum às áreas metropolitanas, expressa nesta diversificação do setor de Serviços urbanos. O quadro descrito em Lima Júnior (2013) da instalação de um shopping em Juazeiro do Norte (ainda na segunda metade dos anos 1990) e sua posterior expansão (em 2013-2014), a transformação de suas mediações como: i) a construção de inúmeros prédios e torres onde se implantaram clínicas e consultórios de especialidades médicas e escritórios de negócios; ii) a instalação de condomínios residenciais, corredores de concessionárias de automóveis de inúmeras marcas e; iii) os investimentos em circuitos gastronômicos e bares de elite definem de modo mais concreto a evolução exponencial destes segmentos que se intensificaram com a criação da RM Cariri<sup>13</sup>.

No campo da economia e das projeções de sua expansão, a busca constante de inserção competitiva comumente defendidas pelas abordagens mais localistas e que norteou as ações de promoção de desenvolvimento das economias regionais podem ser expressas pela evolução de indicadores como exportação e importação. Todo espaço que se proponha metropolitano de uma forma mais direta, se apresenta como boa plataforma de comércio internacional. Assim, as Tabelas 3 e 4 descrevem respectivamente as exportações e as importações dos municípios que compõem a RM Cariri durante o período de 2000 a 2018.

**Tabela 3 - Municípios da RM Cariri: Exportações FOB (US\$) para os anos 2000, 2005, 2010, 2015 e 2018 (US\$).**

Município	2000	2005	2010	2015	2018
Barbalha	0,00	100,00	43.611,00	0,00	1.094.994,00
Caririaçu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crato	5.034.570,00	6.430.982,00	5.877.936,00	460,00	2.576.031,00
Farias Brito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jardim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juazeiro do Norte	42.585,00	825.220,00	6.899.812,00	1.438.360,00	184.162,00
Missão Velha	157.612,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nova Olinda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santana do Cariri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RM Cariri	5.234.767,00	7.256.302,00	12.821.359,00	1.438.820,00	3.855.187,00
Ceará	385.057.693,00	719.911.976,00	914.675.118,00	790.815.788,00	1.550.534.909,00

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da COMEX STAT/MDIC.

<sup>13</sup> A localização mais específica do Cariri Garden Shopping em Juazeiro do Norte é o bairro que interconecta as três maiores cidades da RM Cariri, o bairro Triângulo.

**Tabela 4** – Municípios da RM Cariri: Importações FOB (US\$) para os anos 2000, 2005, 2010, 2015 e 2018 (US\$).

Município	2000	2005	2010	2015	2018
Barbalha	4.570.799,00	283.594,00	17.429.330,00	10.495.721,00	9.828.481,00
Caririaçu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Crato	1.448.576,00	452.890,00	0,00	582.627,00	555.321,00
Farias Brito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jardim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juazeiro do Norte	618.864,00	470.147,00	7.567.721,00	3.307.699,00	3.106.432,00
Missão Velha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nova Olinda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santana do Cariri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RM Cariri	6.638.239,00	1.206.631,00	24.997.051,00	14.386.047,00	13.490.234,00
Ceará	534.287.868,00	426.224.939,00	1.414.186.516,00	2.239.611.971,00	1.990.727.923,00

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados da COMEX STAT/MDIC.

As referidas tabelas descrevem uma situação em que a RM se apresenta deficitária em termos de comércio exterior, embora haja o esforço de sua atuação. Tanto nas Exportações quanto nas Importações, os municípios com atividades conectadas ao mercado internacional são Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. As importações empreendidas tratam-se principalmente de insumos para as diversas atividades econômicas que caracterizam a estrutura produtiva deste território, como polímeros, máquinas e aparelhos com função própria, conforme aponta a Secretaria de Comércio Exterior do extinto Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (SECEX-MIDIC, 2017).

Já no campo das exportações, é descrito um movimento de oscilações com declínio gradativo do valor total destas exportações ao longo do tempo considerado. Entretanto, internamente o município de Barbalha amplia sua participação ao passo que Juazeiro do Norte passa por forte declínio que é resultado da finalização sem renovação dos incentivos fiscais dados a uma multinacional produtora de máquinas de costura exclusivamente para exportação. Este fato demonstra a forma como são conduzidas as apropriações espaciais por parte dos grandes grupos internacionais que aportam investimentos condicionados à oferta de vantagens de diversas ordens além de baixos salários, migrando dentro dos interesses de suas estratégias competitivas. O “consumo” de lugares articulando escalas globais e redimensionando fatores locais dando diversas conformações a estes territórios é então demonstrado.

Embora não apresentado nas tabelas acima, é importante apontar que tais fluxos são essencialmente de mercadorias que caracterizam a tradicional pauta produtiva do território da RM Cariri tendo ênfase calçados de borracha, produtos plásticos, matérias e corantes sintéticos e isto é válido para os três municípios exportadores (SECEX-MIDIC, 2017). A maior parte das

empresas que atua nestes ramos se instalou aí motivada pela denominada guerra fiscal, uma expressão da guerra de lugares que deu corpo à emergência dos localismos exacerbados, conforme já explorado na primeira deste artigo. Com a criação da RM Cariri, estes aspectos foram potencializados<sup>14</sup>.

Expressa-se portanto com esta discussão que, seja pela sua configuração, pelo perfil misto entre o que pode ser ou não-metropolitano, pelas atividades econômicas que tomam corpo a partir destes processos, a apropriação espacial se dá promovendo novas conformações, articulando o local ao movimento global e intensificado pela criação de uma RM. Não obstante suas particularidades e evolução, a RM Cariri avança nestas articulações, se propondo como plataforma diferenciada face ao território que ela articula e, neste sentido, atraindo fluxos importantes.

### **Considerações finais**

O presente trabalho objetivou compreender a manifestação das articulações das escalas global e local através do caso da RM Cariri, criada com base em fundamentos mais de política e ação de desenvolvimento espacial no estado do Ceará do que pelo seu fenômeno metropolitano em si.

A RM Cariri foi criada em 2009, do bojo das preocupações em desconcentrar o desenvolvimento econômico cearense para além da Região Metropolitana de Fortaleza. A diferenciação observada pela conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha induziu a definir este território como o mais apto a uma nova RM no Ceará, sendo a primeira localizada no interior do estado. Assim, esta nova RM agrupou além destes, os seus municípios limítrofes de Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

O metropolitano como impressão do moderno e globalizado foi tratado a partir de uma qualificada revisão de literatura que permitiu perceber as regularidades colocadas pela dinâmica

---

<sup>14</sup> No que se refere à guerra fiscal e atração de empresas, cabe destacar o papel do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), mais especificamente o Programa de Desenvolvimento para Implantação, Ampliação, Diversificação da Produção e Recuperação de Empresa (FDI/PROVIN), criado em 1979, cujo objetivo era promover o desenvolvimento da atividade industrial em todo território do Estado do Ceará, que gerou estímulos fiscais significativos para empreendimentos estabelecidos fora da RMF, ou seja, quanto mais distantes da capital, maior o incentivo, o que por sua vez, beneficiou a RM Cariri, por estar a mais de 500 km da capital (OLIVEIRA; PARENTE, 2013).

de reestruturação econômica sobre os espaços, e os redimensionamentos provocados inclusive pela emergência dos localismos enquanto plataformas de inserção global.

Os atributos particulares de sua formação histórica, suas potencialidades e vocações econômicas reordenadas pela mencionada reestruturação, mobilizaram fatores de produção locais para inserção competitiva mais ampla. Conforme visto, a criação da RM Cariri potencializa este processo e o movimento de suas atividades econômicas apresentados neste trabalho por alguns indicadores (como mercado de trabalho nos grandes setores da atividade econômica, comércio exterior) reiteram esta proposição.

Abordaram-se alguns conceitos de metrópole, sobretudo de autores(as) nacionais, e traz uma análise escalar do local e sua imbricação com o global na construção do espaço urbano. Assim, a inter-relação entre os extremos urbanos cria situações nas quais o global se insere com maior facilidade a partir das especificidades locais. Faz-se, destarte, um debate acerca das regiões metropolitanas e sua criação, no caso da RM Cariri. Para tanto, busca-se um robusto arcabouço teórico que envolve diversos/as autores/as, a saber: Firkowski (2012, 2013), Lencioni (2006, 2015a, 2015b), Limonad (2011), Santos (2004), Monte-Mór (2006), Moura (2003, 2006, 2011) etc. Tratou-se aqui da questão metropolitana e sua inserção no interior do estado do Ceará.

Permitiu-se ainda a dedução de que se possa verificar a existência de metrópoles sem regiões metropolitanas e vice-versa, Juazeiro do Norte desempenha a função de núcleo metropolitano influenciando aqui as cidades conurbadas de Crato e Barbalha. Dessa forma, o *status* metropolitano clássico do ponto de vista dos fenômenos comuns a este conceito, conferido à RM Cariri, inexistente *ipsis litteris*, pois a mesma emerge diante das circunstâncias que a conferiram destaque na região na qual está localizada, nos moldes da expressão metropolização institucional, conforme comentado na seção anterior. Tais aspectos conferem características típicas ‘globais’ que a inserem na lógica capitalista contemporânea e atestam a presença da imbricação escalar envolvendo não somente os extremos geográficos (local e global) corroborando a ideia deste trabalho o que, por sua vez, confere a interferência multiescalar na configuração da rede espacial urbana da RM Cariri no contexto da reestruturação produtiva.

Por fim, é importante e necessário um esforço dos agentes responsáveis pela RM no contexto das ações de planejamento que fomentem melhorias na qualidade de vida e das economias da área metropolitana, não somente focalizando as atenções – e recursos – para seu centro econômico, mas objetivando consolidação de mecanismos de governança metropolitana.

**Referências**

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madri: Taurus, 1998.

BOURDIEU, P.; WANCQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. Tradução de Teresa Van Acker, Fórum Social Mundial. **Le monde diplomatique**, v. 1, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/24.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2020.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 04 de abril de 2020.

BRASIL. **Comex Vis: Visualizações de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 8ª ed. V. 1. Traduzido por Roneide Venâncio Majer. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

CASTRO, H. R. de. **A Região Metropolitana na Federação Brasileira: estudo do caso de Londrina, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

COMPANS, R. O paradigma das *global cities* nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 1, n. 1, p. 91-114, 1999.

CORDEIRO, R. de M. **As aglomerações produtivas de calçados, folheados e de joias do CRAJUBAR (CE): formação, produção, trabalho, implicações socioespaciais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

COSTA, M. A.; MATTEO, M.; BALBIM, R. Faces da metropolização no Brasil: desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas. In: MORAIS, M. da P.; COSTA, M. A. **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2010.

DAVANZO, A. M. Q. *et al.* Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, R. H. M.; FURTADO, B. A. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: IPEA, 2011.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 37, n. 1, p. 50-85, 1975.

ESTATUTO DA METRÓPOLE. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília-DF, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm)>. Acesso em 16 de abril de 2020.

FEITOSA, R. M. *et al.* Mudanças econômicas, ocupação e uso do espaço urbano na Região Metropolitana do Cariri – RMC: Os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. In: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G. de; MORAIS, J. M. L. (Org.) **Gestão do território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**. Série CEURCA V. 1. Crato-CE: URCA, p. 125-149, 2014.

FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: processos e dinâmica – uma introdução. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 15-32, 2015.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de. **Território metropolitano, políticas municipais**: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: IPEA, 2013.

\_\_\_\_\_. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas? **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 122, p. 19-38, 2012.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R. (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2ª ed. Niterói: Editora da UFF, 2013.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRONEMBERGER, D. Desenvolvimento local sustentável: atores e estratégias de promoção dos territórios. In: PINHEIRO, V. F.; PAIVA, M. J. G. de; MORAIS, J. M. L. **Gestão de território, políticas locais e desenvolvimento sustentável**, Série CEURCA. V. 1. Crato-CE: URCA, p. 17-42, 2014.

LEAL, S. M. R. Papel dos atores econômicos na governança das metrópoles brasileiras. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Sociais**, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 1, 2012.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3ª Reimp. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2008.



LEME, A. A. Neoliberalismo, globalização e reformas do Estado: reflexões acerca da temática. **Barbarói**, n. 32, p. 114-138, 2010.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 35-68, 2015a.

\_\_\_\_\_. Metrôpole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 14, n. 4, p. 149-158, 2015b.

\_\_\_\_\_. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrôpole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LIMA JÚNIOR, F. do O' de.; FEITOSA, D. R.; ALVES, D. F. Produção e gestão do espaço urbano regional: as constituições dadas pelo Geopark Araripe no Estado do Ceará, Brasil. **ACTA Geográfica**, v. 11, n. 25, p. 185-202, 2017.

LIMA JÚNIOR, F. do O' de *et al.* Território, aglomerados urbanos não metropolitanos na região Nordeste do Brasil e os ajustes urbano-regionais. In: III Seminário de Desenvolvimento Regional: Estado e Sociedade. **Anais... III SEDRES**, Blumenau-SC, 2016.

LIMA JÚNIOR, F. do O' de. As espacialidades intra-urbanas e a dinâmica econômica nas cidades médias sul cearenses. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana da UERJ. In: **Anais...** Rio de Janeiro: 2013.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2011.

LOURENÇO, N. Globalização e glocalização: o difícil diálogo entre o global e o local. **Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 4 (8), p. 17-31, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. de M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

MORAIS, J. M. L. de; MACEDO, F. C. de. Regiões Metropolitanas do Ceará: dispersão produtiva e concentração de serviços. In: MORAIS, J. M. L. de; MACEDO, F. C. de; LIMA JUNIOR, F. do O' de. **Ceará: economia, urbanização e metropolização**. Crato-CE: RDS editora, 2014.

MOURA, R. *et al.* Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 105, p. 33-56, 2003.

\_\_\_\_\_; LIBARDI, D.; BARION, M. I. Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 129-143, 2006.

\_\_\_\_\_; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 100, p. 25-55, 2011.

NASCIMENTO, C. E. P. do; LIMA JÚNIOR, F. do O' de; ALVES, L. da S. F. A construção dos espaços urbanos face às articulações global-local. In: IV Seminário de Desenvolvimento Regional: Estado e Sociedade. **Anais... IV SEDRES**, Palmas-TO, 2018.

NASCIMENTO, D. C. do *et al.* Planejamento estratégico e desenvolvimento regional sustentável: análise da necessidade de mecanismos de gestão na Região Metropolitana do Cariri-Ceará. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 107-119, 2013.

OLIVEIRA, C. B. de; PARENTE, F. J. C. Os Incentivos Fiscais e o FDI no Ceará: uma Visão Crítica. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 3, nº 8, p. 57-89, 2013.

OLIVEIRA, M. P. de. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PIMENTEL NETO, J. G. *et al.* Desenvolvimento local-Regional: a Relação entre Local x Global na Produção Espacial. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 3, n. 1, p. 256-271, 2014.

QUEIROZ, I. da S. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do CRAJUBAR**. 203 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2013.

SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, 16, p. 31-49, 2001.

SANTOS, L. M. dos; MOREIRA, I. T. Condições do Mercado de Trabalho no Setor de Serviços Nordeste. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. **Anais...** p. 1-16, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 2ª reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSEN, S. The global city: Introducing a concept. **The brown journal of world affairs**, v. 11, n. 2, p. 27-43, 2005.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, n. 21, p. 15-31, 2007.

SOUZA, M. A. A. de. Reconstituindo a história da região metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, J. G. **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SOUZA, S. de; CARVALHO NETO, A. Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, 2009.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Traduzido por Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, nº 1, 2002.

VALOIS, I. da S. **O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Regional do Cariri, Crato-CE, 2007.

VIEIRA, M. M. F.; VIEIRA, E. F. Poder local e gestão urbana: formulação de uma visão estratégica à dinâmica das cidades. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 127-139, 2003.

Artigo recebido em 18-06-2020

Artigo aceito para publicação em 15-06-2022